

DESCALABRO FINANCEIRO

A situação financeira do Governo – União, Estados e Municípios – é um verdadeiro descalabro, um caso escandaloso de incompetência administrativa, que arruinou as contas públicas.

O déficit da União é apenas uma expressão desse descalabro, onde sobressai a mais irresponsável burocracia oficial. Há no serviço público, nos três níveis do Poder, um absurdo excesso de pessoal, com salários exageradamente incompatíveis com a estrutura dos recursos fiscais. Em consequência, o Governo sistematicamente gasta mais do que arrecada, acumulando uma dívida pública que vai caminhando para se tornar impagável.

A dívida bruta do Governo Central subiu de 57,2% do PIB em 2014, para 75,5% em 2016, vai caminhando para 80% em 2017 e 100% depois de 2018. Sobre essa dívida absurda, o Banco Central faz incidir uma taxa de juros ainda mais absurda e irresponsável que, em **termos reais**, chega hoje a 6,7%, de longe a mais alta do mundo.

Surge, agora, a esdrúxula provocação da PGR, em total contramão com o Governo Temer, afirmando a “flagrante inconstitucionalidade” da PEC 241, porque limita os gastos do Judiciário e do Legislativo (!?).

Aonde vamos parar, ninguém sabe. A cada dia, são revelados novos casos alarmantes de corrupção, que têm levado à prisão ex-Ministros da Fazenda mancomunados com desfigurados líderes políticos. Um acinte ao bom senso e uma vergonha para o povo e a Nação brasileira.

O aparelhamento do Estado por funcionários e políticos desonestos está sendo desmontado, mas permanece o espantoso e excessivo quadro de pessoal burocrático que, a cada dia, acelera a ruína nacional.

A crise fiscal é perturbadora, porque em sua origem está o impressionante excesso de pessoal, sem possibilidade de um necessário enxugamento. Servidores públicos concursados gozam de total estabilidade. Não podem ser demitidos. A rigidez do quadro de pessoal torna, assim, muito mais difícil qualquer solução para o angustiante desequilíbrio fiscal da União, dos Estados e dos Municípios.

Nas três esferas do Governo, entre 2001 e 2014, o número de servidores públicos aumentou 54,4% e o gasto com o funcionalismo mais do que **dobrou em termos reais**. Nesse período, enquanto o salário médio no setor privado aumentou 21,4%, no setor público federal subiu 42,2% e no estadual 70,8%.

Por tudo isso, é importante que todos nós emprestemos ao novo Governo do Presidente Temer o maior apoio possível, com a esperança de que, pelo menos, possamos estancar a sangria financeira irresponsável herdada dos governos anteriores.

INCERTEZAS

O Relatório de Inflação do Banco Central de setembro revela que a economia brasileira ainda não saiu do “fundo do poço”. O resultado projetado do PIB foi negativo em -3,3%. Cairá o volume dos investimentos em -8,7%, das

famílias (-4,4%), do Governo (-1,3%) e aumentarão as exportações (+4,7%).

A produtividade nacional, do capital e do trabalho, em grande parte responsável pela retração da indústria, é uma das causas da ausência de crescimento e do desemprego.

Todavia, em meio a esse quadro pessimista, começam a surgir sinais positivos de melhoria da confiança, em consequência da mudança de Governo, da maior eficiência e desempenho dos quadros técnicos da administração pública e do combate à corrupção. Neste ano, o real já se valorizou em mais de 20% e a Bovespa acumula ganhos de 28%. Segundo noticiário da imprensa, o mau humor em relação ao Brasil está mudando, com sinais de otimismo entre os investidores nacionais. Ao que consta, grandes Fundos de Investimentos já contemplam a possibilidade de aplicar no País, neste e no próximo ano, cerca de US\$50 bilhões, não apenas no mercado financeiro (especulativo), mas também em investimentos de infraestrutura, fusões e aquisições propiciadas pelos programas de privatização.

A CNC e todo o setor do comércio de bens, serviços e turismo vêm mantendo uma atitude de apoio e confiança nas medidas que estão sendo anunciadas pelo Governo do Presidente Temer.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

O humor com o Brasil melhorou, e os investidores estão voltando a apostar no País. Com cautela, fundos externos avaliam investir US\$ 50 bilhões na economia brasileira neste e no próximo ano. É importante frisar, no entanto, que a reação completa só virá com a aprovação das reformas em curso.

As reformas são fundamentais para que a confiança traduza-se na retomada do crescimento econômico. Trocando em miúdos, o pessimismo está diminuindo.

Falta emprego. Segundo a Serasa, o número de empresas criadas de janeiro a julho foi de 1,19 milhão, o maior número desde 2010, +1,8% em relação aos sete primeiros meses de 2015.

PIB e Investimentos

O PIB caiu 0,6% no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro, acima da média prevista pelo mercado. Apenas no primeiro trimestre, o PIB encolheu 4,6%.

Segundo previsões da CNC, o PIB deverá registrar queda de 2,9% em 2016, puxado basicamente pela queda da indústria (-3,4%), com destaque para os investimentos FBCF (-10%).

Indústria

Após 5 meses seguidos de alta, a produção industrial brasileira recuou 3,8% em agosto relativamente a julho. No ano, a indústria acumula queda de 8,2%, e em 12 meses, -9,3%.

Houve redução de produção em três das quatro grandes categorias pesquisadas pelo IBGE, e em 21 ramos dos 24 considerados. Veículos automotores e produtos alimentícios são as principais influências negativas, -10,4% e -8%, respectivamente.

A crise na indústria automobilística brasileira se agrava, segundo a Anfavea. Até setembro, saíram das fábricas 1,55 milhões de automóveis, o pior nível desde 2003, e uma queda de 46% em relação a 2013, por exemplo.

A produção de petróleo cresceu 1,1% em agosto contra julho, e 2,4%

relativamente a agosto. Foram 2,609 milhões de barris/dia, volume recorde.

Na esteira do resultado abaixo do esperado em setembro, a Associação Brasileira de Papelão Ondulado piorou a projeção para as vendas em 2016: a queda deverá ser de mais de 1%, ante expectativa que variava entre -0,5% e -1%.

O novo índice da FGV, o Indicador Mensal da Balança Comercial mostra que em agosto o volume de importações de bens de capital cresceu 16% em relação a agosto de 2015.

Comércio

A receita de vendas dos atacadistas e distribuidores teve queda real de 1% de janeiro a agosto, segundo a ABAD. A perspectiva de desaceleração nos preços e o impulso das vendas no fim do ano deverão ajudar o segmento.

O comércio varejista enfrentou o pior ano em uma década, e isso se refletiu no emprego no setor, segundo a CNC, com base na RAIS de 2015. O varejo empregou 7,92 milhões de pessoas no ano passado, -2,1% ante 2014, um corte de 171,9 mil postos.

Os segmentos varejistas que tiveram desempenho mais fraco foram os que mais demitiram: comércio de veículos (-10,6% com -30,5 mil vagas), equipamentos de informática e comunicação (-6,7% com -62,8 mil vagas), e comércio, manutenção e reparação de motocicletas (-5,7% com -5,1 mil vagas).

Pesquisa divulgada pelo IBOPE avaliou que o movimento nos shopping recuou 3,5% em setembro, comparativamente a setembro do ano passado.

Mais de 6 mil lojas fecharam as portas no Rio de Janeiro, de janeiro a julho, aumento de 18,8%, de acordo com

o CDL-Rio. Na capital, foram 2,4 mil lojas a menos, 15,7% a mais do que no mesmo período de 2015.

Agricultura

Os embarques de soja do Brasil apresentaram uma redução em setembro, o que é considerado normal para esse período do ano; também as vendas externas de milho recuaram, em um movimento incomum para o mês.

As exportações mundiais de café totalizaram 9,76 milhões de sacas em agosto deste ano, 9,5% acima das 8,91 milhões de sacas de igual mês de 2015.

Mercado de Trabalho

O desemprego atingiu 1,5 milhão de vagas em 2015, ou seja, 3,45% acima de 2014, quando o saldo foi positivo. O salário médio (R\$ 2.655,60) caiu 2,56% entre dezembro de 2014 e 2015. A CNC revisou para baixo sua previsão de desemprego até o final de 2016: 230 mil empregos (-3,0%)

No trimestre encerrado em agosto, a taxa de desemprego ficou em 11,8%, o que significa que 12 milhões de pessoas estão sem emprego.

Sistema Financeiro

Após recuo este ano, os sinais mais claros de que os juros devem começar a cair levam os bancos a apostar na retomada do crédito em 2017. De janeiro a agosto, o crédito total concedido pelo Sistema Financeiro caiu 3,2%, e ainda que ocorra melhora até dezembro, o desempenho no ano seguirá negativo. Para 2017 as projeções são de alta, e variam de 3% a 8%.

A indústria de fundos de investimentos teve a maior captação de recursos até o terceiro trimestre: R\$73,6 bilhões (de acordo com a Anbima). Renda fixa e previdência privada foram

os segmentos responsáveis pelo maior avanço no patrimônio dos fundos.

O Governo anunciou que vai disponibilizar R\$ 30 bilhões em crédito para as micro e pequenas empresas, com juros menores, tanto nos bancos públicos quanto nos privados. As linhas especiais serão para pagamento de fornecedores e impostos, além da aquisição de máquinas e matérias-primas.

O BNDES vai definir indicadores de mérito para concessão de apoio, com fiscalizações antes e depois dos empréstimos, inclusive *in loco*.

Inflação

O IPCA, que acumula alta de 8,48% em 12 meses, ficou abaixo da previsão dos analistas no mês passado, quando apresentou crescimento de 0,08%. O índice foi o mais baixo para setembro desde 1998.

Com a ajuda dos alimentos e bebidas, que entraram em deflação, o IPCA registrou a menor variação em mais de dois anos.

A inflação dos serviços desacelerou de agosto para setembro, de 0,59% para 0,33%, mas ainda ficou bem acima do resultado do IPCA.

Após a divulgação do IPCA, as projeções para a inflação em 2016 e 2017 foram reduzidas, devendo ficar em 7,03%. O resultado do Índice reforçou as apostas em relação a um corte na taxa de juros.

Setor Público

O resultado primário do setor público, de janeiro a agosto, foi um rombo de R\$ 58,9 bilhões.

A PGR pediu o arquivamento, da PEC 241, aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados. O teto para repassas aos setores de saúde e educação só valem a partir de 2018, o que

favoreceu a aprovação. A PEC vai congelar despesas primárias no nível de R\$ 1.280 bilhões. A Previdência – que representa o maior desafio, um déficit de R\$ 88 bilhões acumulado até agosto.

As despesas com a Previdência têm crescimento vegetativo anual de cerca de 4%. Com desemprego elevado e menos recursos na área social, o Governo deverá enfrentar um problema de tensão social, que também deverá se repetir nos Estados e Municípios.

Pelo menos seis Estados e DF não têm dinheiro para pagar o 13º salário e esperam ajuda da União.

O Governo vai estimular a realização de programas de demissão voluntária para reduzir o número de funcionários e salários em empresas estatais federais.

Setor Externo

A balança comercial brasileira teve o melhor resultado para o mês de setembro em 10 anos. O superávit de US\$ 3,8 bilhões foi impulsionado por forte queda nas importações e leve melhora do preço dos produtos exportados. As exportações acumuladas no ano até setembro foram, porém, 3,6% menores do que o mesmo período de 2015, enquanto o acumulado de importações apresentou variação de -23,1%.

Apesar do resultado da balança comercial e da melhora do preço dos produtos exportados, as exportações das cooperativas agroindustriais caíram 3% até o mês de setembro.

O Brasil registrou em setembro a maior saída de dólares desde fevereiro, quando o câmbio estava em, aproximadamente, R\$ 4.

No cenário internacional, os preços do petróleo fecharam em alta de mais de 5% após notícia de que a Organização dos Países Exportadores de

Petróleo alcançou um acordo para reduzir sua produção.

A economia alemã apresentou projeção de crescimento de 1,9% do PIB para 2016, e deverá seguir nesse patamar pelos próximos dois anos, com expansões previstas de 1,6% (2017) e 1,5% (2018).

Já no Reino Unido, a libra esterlina desceu ao nível mais baixo em 31 anos em relação ao dólar, como consequência do *Brexit*.

A criação de vagas de trabalho nos Estados Unidos desacelerou pelo terceiro mês consecutivo em setembro, o que pode deixar o FED mais cauteloso sobre o aumento da taxa de juros.